

RUI
CUNHA
MARTINS

COORDENAÇÃO

PORTUGAL

1974

TRANSIÇÃO
POLÍTICA EM
PERSPECTIVA
HISTÓRICA



CABRAL, OS SPINOLISTAS E A *(Dis)*SOLUÇÃO DO MARCELISMO

MÁRCIO BARBOSA²⁰⁶

*«Ao contrário de muitos que mudam quando chegam ao poder,
Marcello Caetano não mudou: o seu Governo foi inteiramente
coerente com as suas ideias.»*

Diogo Freitas do Amaral, 1993

I. INTRODUÇÃO

Marcello Caetano foi, segundo a sua perspectiva, o homem mais influente na edificação teórico-formal do Estado Novo; contudo, o feedback salazarista sempre lhe pareceu insuficiente: “a expectativa que me animara de início, de ser um colaborador intensamente aproveitado, foi-se desvanecendo com o tempo”²⁰⁷. Este delicado “equivoco” (a expressão é do próprio) de base acabaria por marcar o percurso político de Caetano e alimentar uma relação entre ambos os homens assaz singular.

A actuação política marcelista alternou, durante os anos que vão de 1929 e 1958, entre o mais dedicado e competente colaborador e o mais atrevido crítico do “chefe”; entre o apagado braço direito e o “delfim” relutante e in-

²⁰⁶ Bolseiro da FCT. Doutorando da Universidade de Coimbra. Mestre em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra.

²⁰⁷ CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*. Verbo, Lisboa, 1977, p. 48.

cómodo. Até abandonar a actividade política em 1958, criticou muitas opções políticas de Salazar, mas nunca pôs em causa a sua liderança. Encarregou-se até então de reparar internamente as pontuais brechas de fé no regime e de “renovar” o estritamente necessário. Salazar estava demasiado ocupado com a frente externa. Durante os dez anos que vão do último “arrufo” entre ambos, seguido das duras eleições contra Delgado e posterior saída de Caetano do governo e a queda de Salazar, em Setembro de 1968, o “delfim” afastou-se estrategicamente de Salazar e da política. Simplesmente, esperou.

Todavia, a herança que Caetano recebia em 1968 era pesada – “diga-se o que se disser, a massa do País era salazarista” –, carga essa acentuada pela sua própria vivência – “pertenci a uma geração para a qual o Ultramar surgiu como a grande missão de Portugal no Mundo” –, pelo condicionamento imposto pelo poder das FA – “se não as Forças Armadas intervirão, interrompeu o Presidente da República” – e pela posição destas em relação à defesa do Ultramar – “as Forças Armadas têm-na como ponto de honra e estão dispostas a sustentá-la”, terá dito o Brigadeiro Bettencourt Rodrigues a Marcello.²⁰⁸ No dia seguinte à tomada de posse, um amigo pessoal, o novelista Domingos Monteiro, escreveu-lhe as seguintes palavras: “como estadista, recibes uma das mais pesadas heranças da nossa existência histórica e política: uma sociedade desavinda, um povo que, não obstante a sua intuição divinatória [!], (e a culpa, tenho que acentuá-lo, não é dele) não sabe o que quer, e uma guerra inevitável (que eu próprio faria) mas para que é difícil antever uma próxima e desejável solução”.²⁰⁹

O tempo em que assumia a PCM era muito diferente do tempo em que, dez anos atrás, deixara o governo. Portugal praticamente não tinha aliados. A escala nas relações internacionais relativamente a Portugal variava entre a hostilidade e a abstenção. O país e o regime eram associados ao pior da Guerra Fria (por exemplo, estabelecia-se frequentemente o paralelismo entre o Vietname e a África portuguesa). O desgaste interno reflectia-se em

²⁰⁸ CAETANO, Marcello, *Depoimento*, Record, Rio de Janeiro, 1974, p.13, 14, 16 e 17.

²⁰⁹ ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2 volumes, Publicações D. Quixote, Colecção Participar, Lisboa, 1985, p.225.

intolerância por parte da comunidade internacional e afigurava-se cada vez mais irrecuperável.

Em Setembro de 1968, na tomada de posse, dirigiu-se ao país afirmando que este “habitou-se durante largo período a ser conduzido por um homem de génio: de hoje para diante tem de adaptar-se ao governo de homens como os outros”.²¹⁰ Contudo, fiel à estrutura que co-criara e ao seu passado²¹¹, nem terá sido um “homem como os outros”, nem conseguiria (ou queria) modificar a relação que o seu predecessor manteve com os “outros”.

Caetano iniciaria o seu mandato atormentado por uma série de conflitos: entre o país que herdava e o país melhor que subliminarmente vinha prometendo; entre o “equivoco” para que trabalhou desde 1928 e o regime que idealizara; entre o poder real (FA) e o poder formal (Constituição de 1933); entre as convicções de toda uma vida e a razão imposta pelo devir (“ventos da história”); e, talvez o maior de todos, entre a consciência (dominada por um Portugal que ia até Timor) e a realidade. A mesma realidade que perturbava a todos quantos conheciam África: “havia infelizmente uma falta de correspondência nas imagens dos que tinham conhecimento africano e dos que apenas tinham uma experiência metropolitana”, pois, como defende Adriano Moreira, “uma concepção puramente normativista, uma visão legalista – o sistema das leis e a sua coerência, etc. – tinha pouco a ver com a realidade”²¹². O mesmo reconheceu Spínola, quando afirmou que a experi-

²¹⁰ CAETANO, Marcello, *Saibamos ser dignos desta hora*, no Palácio de S. Bento, Secretariado Nacional de Informação, 27 de Setembro de 1968.

²¹¹ Reafirma no mesmo discurso a “necessidade de não descurar um só momento a defesa das províncias ultramarinas”; a defesa “da vida e do labor de quantos aí [no ultramar] se acolhem”; “informação tão completa e frequente quanto possível”; “continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente nalgumas liberdades que se desejava ver restauradas”; o apelo “a todos os portugueses de boa vontade” [os salazaristas]; “a ordem pública é condição essencial” e a “preocupação imediata em assegurar a continuidade”.

²¹² “Quando o almirante Sarmiento Rodrigues – um homem por quem tenho grande admiração – me convidou, era ele ministro do Ultramar, para eu fazer um projecto de reforma do sistema prisional do ultramar. Eu dedicava-me na altura ao Direito Criminal e aceitei fazer esse estudo. Visitei então Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné. (...) Talvez aí por 1953. (...) E foi determinante pelo desafio: todos os portugueses que passavam por África adquiriam uma noção de responsabilidade, de dimensão, que a sociedade metropolitana não fornecia. Havia infelizmente uma falta de correspondência nas imagens dos que tinham conhecimento africano e dos que apenas tinham uma

ência angolana proporcionada pelo comando do grupo de cavalaria nº345 foi a sua “grande escola política”, que lhe permitiu “reflectir profundamente sobre a viabilidade de salvaguardar a «unidade nacional» sem se rever o nosso conceito de permanência em África”²¹³ e onde ganhou consciência de que “a força das armas pode eternizar o problema, mas jamais o resolve”.²¹⁴

Tendo em conta que a Guerra, com três frentes e um passivo humano e material insustentável, constituiria o âmago do marcelismo, entre os “outros” destacaram-se, decisivamente, dois dos seus protagonistas: Spínola (a face visível dum grupo de militares “iluminados” sobre o problema ultramarino, conhecidos por spinolistas) e Amílcar Cabral (o maior líder independentista da África portuguesa). Da Guiné, onde estes se encontraram e o mais duro dos palcos da Guerra, sairia, precisamente, a mais consistente tentativa de a solucionar e, por arrasto, de desentruar o próprio marcelismo. Isto porque do (in) sucesso dessa tentativa também dependeria, como de facto dependeu, o (in) sucesso do marcelismo.

II. PELA PÁTRIA NEGOCIAR

Em finais de 1970 e inícios de 1971, Marcello Caetano encontrava-se (ou colocara-se) num impasse. O apregoado lema “Renovação na Continuidade”, que pretendia fosse de compromisso, esbarrava numa realidade rica em incompatibilidades: “ultras”, “liberais”, “oposição” (democrática ou não), “tecnocratas”, “interesses económicos”, “militares”, “guerra”, “liberalização”, “Estado Novo”, entre outros, eram elementos de uma equação impossível. Cujá solução, mais do que compromisso ou compreensão, exigia decisão.

experiência metropolitana: o ultramar real não era reproduzido nas preocupações de quem estava reduzido à metrópole e isso não foi bom para o país”. In Entrevista conduzida pela jornalista Maria João Avillez, disponível no “Arquivo Electrónico” do *site* do Centro de Documentação 25 de Abril – www.uc.pt/cd25a.

²¹³ SPÍNOLA, António de, *País sem Rumor: contributo para a História de uma Revolução*, Scire, Lisboa, 1978, p.20.

²¹⁴ SPÍNOLA, António de, *Por uma Portugalidade Renovada*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1973, p.287.

Almeida Bruno (um dos spinolistas) tem uma expressão algo castiça, mas interessante. Para ele, “o professor era um homem que fazia as suas análises com tantos vectores, com tantas hipóteses e com tantas soluções, que, depois, perdia-se e não encontrava nenhuma”.²¹⁵ No mesmo sentido, Costa Gomes, num tom mais sério, considerou que “o Prof. Marcello Caetano era um homem com uma inteligência muito acima da média, que não só via muito bem os problemas como raciocinava muito bem, e na altura eu estava também convencido de que ele era capaz de decidir muito bem”.²¹⁶ Ou seja, o primaveril discurso marcelista era descontinuado pela acção.

Spínola vinha ensaiando na Guiné uma tentativa de descentralização administrativa e autonomia política progressiva. Implementando-a de facto, ainda que o principal objectivo estratégico pudesse ser outro, aquando da revisão constitucional, com uma celeridade e eficiência únicas no contexto português. Explorava também, é certo, mediaticamente o facto até à exaustão e não livre de exageros. Porém, o PAIGC respondia ao “artifício constitucional”, como lhe chamou. Na primeira reunião do Conselho de Segurança, realizada em Adis Abeba, em Fevereiro de 1972, Cabral desmontou e denunciou as “jogadas” políticas portuguesas, manifestando categoricamente a irreversível intenção do partido em proclamar, logo que fosse oportuno, a existência do Estado soberano da Guiné e consequente destruição da presença “colonialista” portuguesa²¹⁷. Aliás, nesse sentido, Cabral defendia que “nas condições actuais da luta, apesar dos altos custos das deslocações e estada nos países ocidentais, nós estamos determinados a consentir os sacrifícios necessários para desenvolver essas actividades, pois, na fase actual da luta, a intensificação da acção armada deve marchar em paralelo com uma intensa acção política no plano internacional”²¹⁸.

²¹⁵ Entrevista ao general Almeida Bruno. Em BERNARDO, Manuel, *Marcello e Spínola: a ruptura: as Forças Armadas e a imprensa na queda do Estado Novo, 1973-1974*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, p.265.

²¹⁶ *Idem*, p.337.

²¹⁷ CABRAL, Amílcar, *Discurso do Camarada Secretário-geral na Reunião do Conselho de Segurança em Adis Abeba*, Serviços de Informação do PAIGC, Fevereiro de 1972.

²¹⁸ CABRAL, Amílcar, *Discurso do Camarada Secretário-geral na Reunião do Conselho de Segurança em Adis Abeba*, Serviços de Informação do PAIGC, Fevereiro de 1972.

Domínio no qual Cabral foi especialmente diligente. Já em Junho de 1970, quase um ano depois da visita à Guiné de uma delegação de peritos militares da República da Guiné, da Mauritânia e do Senegal (mandatados pela OUA) o Papa Paulo VI havia recebido oficialmente, no Vaticano, os três líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas – Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. No que constituiu um duro golpe para as “católicas” autoridades portuguesas.

As “modas das ideias que andam desvairadas a torvelinhar nos «ventos da história» soprados para benefício de interesses e ideologias radicalmente contrárias às conveniências do povo português”²¹⁹, segundo a definição de Caetano, afinal abalavam a “fortaleza de ânimo” de 1968/69. A Guerra complicava-se e exigia uma celeridade e capacidade de decisão não correspondidas por Lisboa. Ainda em Abril de 1971, o chefe de governo dava uma entrevista contraditória, em que esclarecia que o conceito de “autonomia progressiva”, não era senão “uma maior possibilidade de administração local”, “autonomia financeira” e que “não aliena em nada a integridade do todo português”²²⁰. Spínola lembrava então, oportunamente, os perigos “face ao desfazamento de ritmo [entre Lisboa e Bissau] no desenvolvimento de uma linha de evolução política em que continuo – escrevia Spínola – a julgar-me totalmente identificado com Vossa Excelência”.²²¹

Fernando Rosas realça “os dois tempos do marcelismo”, afirmando que, “num primeiro momento”, se tentou “liberalizar sem abandono do esforço militar nas colónias”, e, num segundo momento, tentou manter-se “o esforço militar em África, sacrificando a liberalização”²²². Podendo considerar-se a divisão excessivamente simplista e redutora, a verdade é que não se verificou qualquer inflexão no esforço militar, ao contrário do que se verificaria no domínio político. Paradoxalmente, seria um militar, Spínola, a lembrar que lhe tinha sido “entregue a responsabilidade da solução de

²¹⁹ CAETANO, Marcello, *Revisão Constitucional*, p.7.

²²⁰ CAETANO, Marcello, *Razões da Presença de Portugal no Ultramar*, SEIT, Lisboa, 1971, p.52.

²²¹ ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, p.158.

²²² ROSAS, Fernando, *O Marcelismo e a Crise Final do Estado Novo*, pp.16-17.

um problema que, sob uma falsa aparência militar, é fundamentalmente político”²²³.

De facto, a própria situação militar da guerra na Guiné, pode dizer-se, nunca foi manifestamente favorável para as forças metropolitanas. Spínola havia conseguido equilibrar o conflito, não revertê-lo. Durante o ano de 1970, o “potencial” militar do PAIGC, segundo informações da PIDE/DGS, possibilitava-lhe, “a qualquer momento, acelerar o processo evolutivo da guerra”²²⁴, já que dispunha de “material cada vez em maior quantidade”²²⁵. Facto que explica, em parte, a frustrada operação “Mar Verde”²²⁶, uma vez que não se enquadrava na estratégia político/militar adoptada por Spínola desde 1968. Aliás, um dos objectivos da operação era destruir o suporte logístico do PAIGC na Guiné-Conakry e liquidar Sékou Touré. O insucesso da operação por certo moralizou os guerrilheiros que, em 1971, atacaram Bissau com foguetões e, sistematicamente, outras cidades secundárias.²²⁷ Conjectura que se precipitou ainda mais no ano seguinte. Marcello conhecia, melhor que ninguém, os relatórios da PIDE/DGS. Porque “via muito bem os problemas” e “raciocinava muito bem”, não pode ter deixado de perceber que a vitória militar era inviável. Mas, contrariamente a Cabral e a Spínola, não agiu.

O PAIGC fora fundado em 1956 com o objectivo da independência conjunta da Guiné e Cabo Verde. Segundo Amílcar Cabral, até 1959, quando tem lugar o conhecido “massacre do Pigjiguiti” (3 de Agosto), “o partido tinha seguido uma linha errada (...) A falta de experiência fazia-nos pensar que

²²³ ANTUNES, José Freire, *idem*, p.157.

²²⁴ IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC, Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas – Guiné, caixa 2, fls. 1-45. Cit. em MATEUS, Dalila Cabrita, *A evolução das guerras coloniais na perspectiva dos relatórios de informação*, Revista Portuguesa de História, t.XXXVIII, 2006, pp.155-180.

²²⁵ IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC, Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas – Guiné, caixa 4, fls. 313-315. *Idem*.

²²⁶ “A operação pode ser discutida nalguns aspectos de condução, há sempre duas ou três soluções para um problema. Mas a que ele [Alpoim Calvão] escolheu era, a meu ver, totalmente correcta, eu teria feito exactamente o mesmo, tecnicamente a sua actuação foi perfeita. Hoje não tenho dúvidas de que a responsabilidade desse fracasso coube inteiramente à PIDE, todas as informações que prestou eram falsas”. Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

²²⁷ IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC, Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas – Guiné, caixa 8, fls. 227-364. *Idem*.

poderíamos lutar nas cidades através de greves e outras acções pacíficas esquecendo os camponeses (...) que constituem a maioria do povo da Guiné-Bissau”²²⁸. Em 1960, ano da maior vaga de independências em África, e em 1961, o ano terrível para Salazar, Amílcar tentou dialogar com Lisboa. Remeteu várias cartas abertas para o governo metropolitano, reclamando abertura de espírito para negociar a autonomia das províncias ultramarinas. Mas Salazar ainda não tinha caído da cadeira. Em vez de reciprocidade recebeu desprezo. Durante cerca de dois anos (1960-1962) terão sido preparados cerca de um milhar de “futuros quadros” no *foyer* do PAIGC em Conakry. A prioridade já não era a reivindicação relativamente pacífica²²⁹, mas a conquista do poder através da luta armada²³⁰. Entre os dias 13 e 17 de Fevereiro de 1964 tem lugar o Congresso de Cassacá, onde, relatou Cabral, ouve a “coragem de criar uma vida nova para o Partido, decidir da criação de um Exército Regular [FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo], da Milícia Popular, de escolas, hospitais, de formar enfermeiras, etc., e abrimos um caminho novo para a Escola-Piloto, onde começaram a formar-se jovens para serem homens e mulheres úteis ao povo e à luta (...)”²³¹.

Ao enveredar pela luta armada, pelo que isso implicava (quer de sacrifício interno, quer de comprometimento externo, pelo apoio recebido), qualquer hipótese de solução política/negocial por parte de Lisboa ficou indubitavelmente dificultada.

²²⁸ PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE; *Manual político do PAIGC*, p.12.

²²⁹ “Acreditámos então que só uma intervenção adequada e eficaz da ONU, a favor dos direitos inalienáveis do nosso povo, saberia levar o governo português a respeitar a moral e a legalidade internacional do nosso tempo”.

“Como as nossas propostas não tiveram aceitação favorável, nem da parte do governo português, nem da ONU, as forças patrióticas do nosso país passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas em Janeiro de 1963”. CABRAL, Amílcar; *Textos políticos*, [S.l.], PAIGC, [s.d.], 32 pgs. (Colonialismo e Luta de Libertação dos Povos Africanos, 5), pp.7 e 8 respectivamente.

²³⁰ “A via única e eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos, isto é, para a obtenção da liberdade nacional, é a luta armada”. Idem, p.10.

“Nenhuma força poderá impedir a liquidação total do colonialismo português”. Idem, p.6.

²³¹ CABRAL, Amílcar, *Evolução e Perspectivas da Luta* (seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969), Serviço de Informação do PAIGC, 1969, p.26.

Contudo, Spínola partira para a Guiné com o objectivo de alcançar a paz por via política. Um ano depois, no discurso pronunciado na despedida de F. Nogueira, Marcello mostrava-se horrorizado com a ideia de haver portugueses que “preconizam que se pactue com os chefes dos movimentos terroristas, negociando com eles a entrega dos territórios onde vivem e labutam milhões de compatriotas”²³². A mensagem foi percebida em Bissau. Spínola deu início, secreta e informalmente, à aproximação com o PAIGC a um nível intermédio. Houve alguns contactos, realizados pelos três maiores (Passos Ramos, Pereira da Silva e Magalhães Osório), contando alguns desses contactos com a presença do próprio general. Mas, apesar do secretismo que os envolvia, a PIDE/DGS teve conhecimento²³³. Pelo que, podemos inferir, Marcello também o teve. O desfecho deste périplo inicial, sem intermediação, acabou com o assassinio dos três majores (desarmados). O PAIGC não acreditava, naturalmente, na boa-fé das autoridades portuguesas e estas confiaram em demasia na ingenuidade dos guerrilheiros.

A percepção da persistência spinolista em prosseguir a via negocial, conduziu Caetano a aprofundar o que havia dito em Outubro de 1969. Onze meses depois, examina “publicamente, e a frio, esta solução”. Revela então, algo surpreendentemente, uma visão distorcida da realidade. Talvez fizesse uma leitura demasiado linear dos relatórios da PIDE/DGS. Afirmou que “as guerrilhas não obtiveram de facto nenhum êxito efectivo e permanente”. É um facto, mas no caso da Guiné, não estavam já muito longe de o conseguir. Pelo que faz a seguinte questão: “iríamos então negociar o quê e com quem? Iríamos negociar com gente que se guerreia entre si segundo as várias obediências, soviética ou chinesa, que confessa, dar-lhes uma força que não têm, entregar-lhes um território que lhes não pertence, pôr à sua mercê homens, mulheres e crianças que eles não respeitariam?”²³⁴

²³² CAETANO, Marcello, *Portugal não pode ceder*, discurso pronunciado no Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969, SEIT, 1969, p.7.

²³³ “O responsável da Delegação [da PIDE/DGS] faz saber ao general que ‘muita gente de Bula’ estava a par do assunto, ‘pelo que o segredo de tais conversações não existia’”. Em MATEUS, Dalila Cabrita, *idem*, p.175. IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC, Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas – Guiné, caixa 10, fls. 100/101.

²³⁴ CAETANO, Marcello, *Portugal é de Nós Todos, Nós Todos Somos Portugal*, pp.12-13.

Na mensagem de Ano Novo, em Janeiro de 1972, Amílcar Cabral respondia assim: “se o Governo de Portugal quer discutir ou negociar sobre a situação na Guiné e Cabo Verde, ele deve e pode fazê-lo com o nosso Partido combatente”²³⁵. Quanto à questão do que “negociar”, pode considerar-se como resposta a seguinte afirmação: “a nossa luta de libertação nacional é não somente a mais avançada de África mas também uma das mais avançadas no quadro geral da luta dos povos oprimidos contra o imperialismo e o colonialismo (...)”.²³⁶

O projecto spinolista e a sua estratégia psicossocial (“conquista das populações”) “desequilibrrou” e “confundiou” Amílcar Cabral. Relata Spínola que, “a partir de determinada altura, ele [Cabral] começou a ver que tinha chegado à Guiné um homem que defendia as teses políticas que ele próprio defendera em 1962, quando se iniciou a guerra”. O general mencionou que “havia grandes divisões”, que ele próprio tinha fomentado, e que, antes da morte dos três maiores, o governo português, inclusive, lhe deu “vinte mil contos para a recepção das forças militares do PAIGC”. Considerou mesmo que “a Guiné esteve quase na nossa mão”. Justifica que “o processo da entrega esteve quase a concretizar-se, devidamente autorizado pelo Governo Português. Vim à metrópole e falei com o Marcello Caetano, que tinha conhecimento dos contactos”.²³⁷ Estas afirmações reportam-se até meados de 1971.

Na sequência do fracasso da operação “Mar Verde”, Spínola “correu com” os responsáveis da PIDE/DGS. Foi para Bissau um homem “extraordinário para fazer serviço de espionagem”²³⁸: Fragoso Allas. Que “conhecia bem e influenciava o Mobutu” e “conseguiu mexer-se para pôr em contacto

²³⁵ CABRAL, Amílcar, *Mais Pensamento para melhor Agir, mais Actividade para melhor Pensar*, mensagem de ano novo, 1972.

²³⁶ Idem, *Memorandum a l'intention des Chefs d'Etat ou de Gouvernement d'Afrique*, 9ème Conférence de l'OUA, Rabat, 1972, p. 9.

²³⁷ BERNARDO, Manuel, *Marcello e Spínola: a ruptura: as Forças Armadas e a imprensa na queda do Estado Novo, 1973-1974*, ps.237-238.

²³⁸ Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

o Senghor²³⁹, presidente do Senegal, com o general Spínola”.²⁴⁰ Aquele viria a exercer enorme influência no general. Fabião disse julgar “saber que o general Spínola, no livro dele, se inspirou bastante no projecto que o Senghor tinha para a África francesa. Como aliás o próprio Senghor também se deixou influenciar pelos discursos feitos pelo general Spínola e pelos seus planos”. Considerando mesmo que “esta influência recíproca é um dado que ainda hoje é muito interessante”.

O general relata então que, “primeiramente, o Governo interrompeu as conversas directas com o Leopold Senghor. Fiquei muito aborrecido – confessa Spínola. Mas, como já tinha os contactos estabelecidos, continuei a mantê-los directamente”.²⁴¹ O aborrecimento estaria já expresso na missiva datada de 14 de Março de 1972. Spínola respondeu à carta recebida de Marcello, com data de 8 de Março, dizendo que ficou muito impressionado “pela dificuldade em que Vossa Excelência afirma encontrar-se para garantir a continuidade da política nacional [...] que tenho procurado interpretar fielmente e diligenciado concretizar”. Antes de recusar a prorrogação do seu mandato na Guiné, Spínola faria inclusive um prognóstico deveras oportuno: “não desejaria diminuir o meu ritmo de trabalho durante o período que me comprometi a servir a Pátria na Guiné em total doação, ritmo cuja quebra não poderia naturalmente deixar de se repercutir no estado de espírito das Forças Armadas e dos Serviços Provinciais, e consequentemente no seu rendimento”.²⁴²

A reacção “ultra” ao que Marcello projectava na revisão constitucional poderá ter sido um dos factores, em conjugação com a reconhecida “hesitação” ou “incapacidade” decisória, do baque marcelista. Ou, noutra perspectiva, para ele a negociação, simplesmente, nunca fora a interpretação lógica da política que vinha anunciando nos seus discursos. O que, de certa forma, confirma a afirmação de Almeida Bruno. Marcello equaciona-

²³⁹ Segundo Spínola, “foi através dele que veio o convite para o encontro com o Senghor (por sugestão do Amílcar Cabral), em Cap Skiring, em Maio de 72”. Em BERNARDO, Manuel, *idem*, p.345.

²⁴⁰ Entrevista a Carlos Fabião. In <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

²⁴¹ BERNARDO, Manuel, *idem*, pp.238-239.

²⁴² ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, p.153.

ria muitas soluções mas não assumia nenhuma. Ao contrário do seu general, que assumia por inteiro a única solução que talvez tenha equacionado. Carlos Fabião afirmou que “após a segunda reunião entre Spínola e Senghor”, se iria passar à “fase de execução”. O projecto consistia, segundo o mesmo testemunho, num “cessar-fogo e a criação de uma conferência sem pontos prévios” entre ambas as partes. “Acordou-se que durante dez anos se faria a regionalização dos quadros – isto é, a sua formação com vista à futura administração do país –, e no termo desse prazo o país guineense escolheria a forma como queria estar com Portugal: independência total, comunidade, federações, ligação de estados, etc”.²⁴³

Poucos meses depois, Spínola, encontrando-se em Portugal (Luso), recebe uma mensagem de Fragoso Allas “dizendo que o Amílcar Cabral estava na disposição de ir a Bissau [em Outubro de 1972], conferenciar comigo [...] e que, se o Presidente do Conselho” o quisesse acompanhar, “também falaria com ele”. Caetano (que se encontrava no Buçaco) respondeu, “redondamente, que não iria, nem autorizava a continuação dos contactos, esclarecendo-me que, se fosse só o problema da Guiné, ainda aceitaria. Mas que os reflexos, em Angola e Moçambique, eram de tal ordem que ele não podia aceitar”.²⁴⁴ Isto porque, “provavelmente, a sua estratégia passaria por transformar Angola num país ‘economicamente viável’ (o que estaria praticamente conseguido em 1974), conceder-lhe a independência a curto prazo, e depois abandonar a Guiné, sem correr o risco de uma debandada geral, e concentrar todos os esforços em Moçambique”.²⁴⁵

Contudo, aquela era precisamente a ideia dos spinolistas. Ganhar a paz em África, aplicando a receita da Guiné nas outras províncias, e “a partir daí, Spínola colocaria os seus homens em pontos chaves e faria um golpe palaciano” em Lisboa. Para os spinolistas foi “o fim de todas as ilusões e um desgosto tremendo”²⁴⁶. O general pediu logo a demissão. “Em Maio

²⁴³ Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

²⁴⁴ BERNARDO, Manuel, *idem*, 1996, p.239.

²⁴⁵ Vasco Pulido Valente, cit. em OLIVEIRA, Pedro Aires, *Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo*, PENÉLOPE, nº26, 2002, p.94.

²⁴⁶ Entrevista a Carlos Fabião. In <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

tinha sido forçado a acabar com as conversas com o Senghor; agora proibiam o encontro com Cabral. Já não estava a fazer nada em Bissau”.²⁴⁷ Disse mesmo que, “a partir daí deixei de ser marcelista”. Em 5 de Junho de 1972, visivelmente agastado com a primeira proibição negocial, afirma, improvisando, na cerimónia de despedida de soldados em Brá, que “não são os patriotas de tribuna que vos podem dar lições sobre o que é e como se defende o País, pois é no peito de cada um de vós que ele vive. (...) Por isso – dizia – confundo o culto da Pátria com o culto do povo”²⁴⁸. Mais tarde, em Dezembro, após a segunda proibição negocial, voltou à carga: “pertencemos a uma Nação que ao longo da sua história já foi posta em perigo pela vaidade teimosa de elites que, sem terem vivido o povo, se arrogaram falar em nome dele”.²⁴⁹

Marcello Caetano não percebeu ou não quis aceitar que a proposta de Spínola não era apenas uma solução do problema. Na verdade, era a única solução viável do problema para as FA que faziam a guerra. Estas não tolerariam uma nova Goa. O que significava, na prática, o divórcio entre estas e o governo. Simbolizado, por sua vez, no divórcio entre Spínola e Caetano. Este ficou, irremediavelmente, fragilizado no poder. O primeiro, cumprindo os objectivos do seu “grupo” (conhecidos pelos “sete magníficos”)²⁵⁰, assumiu, definitivamente, o protagonismo político.²⁵¹

²⁴⁷ BERNARDO, Manuel, *idem*, 1996, p.346.

²⁴⁸ SPÍNOLA, António de, *Por uma Portugalidade Renovada*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1973, p.14.

²⁴⁹ *Idem*, p.289. Ideia um pouco devedora da tese defendida por Franco Nogueira, em *As Crises e os Homens*, de 1971, segundo a qual as elites governativas em Portugal foram sempre as responsáveis pelas grandes crises nacionais, e, por oposição, o povo o seu reduto e “reserva moral”.

²⁵⁰ “A ideia era precisamente darmos o melhor de todos nós na Guiné de tal modo que, a partir da acção de Spínola e dos seus sucessos na Guiné, ele se transformasse numa figura indiscutível. Pretendíamos que os seus feitos no terreno tivessem obrigatoriamente forte repercussão na metrópole. E assim trabalhámos...”. Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

²⁵¹ Numa tentativa de explicar a falência da “via negocial”, Pedro Aires Oliveira escreveu o seguinte: “das duas uma: ou Caetano estava já rendido à ‘teoria dos dominós’ ou, a poucos meses da eleição do Presidente da República, temia fortalecer ainda mais o prestígio militar que Spínola, um dos nomes mais falados para suceder a Tomás, alcançara após quatro anos na Guiné”. Em OLIVEIRA, Pedro Aires, *idem*, p.109.

Em Outubro de 1972, o general empreenderia uma derradeira tentativa de convencer Caetano a avalizar a negociação, ao “pressentir que perdemos talvez a última hipótese” de dialogar em “situação transitória de manifesta superioridade”²⁵². Amílcar Cabral desejava a paz com Portugal. Segundo outro testemunho de C. Fabião, Cabral terá dito aos seus camaradas o seguinte: “vocês hão-de ver que quando vier a paz os portugueses são os únicos indivíduos com quem a gente se vai entender”.²⁵³ Aliás, “o governo quando lhe tirou, a ele [Spínola], a capacidade de negociar com o Amílcar Cabral, condenou o Amílcar à morte porque [...] o grupo de oposição dentro do Partido ganha força [...]. Qualquer coisa que o Amílcar Cabral tinha para oferecer àquela gente era um entendimento com Portugal e a independência da Guiné”. Não existindo evidências quanto aos responsáveis, a verdade é que A. Cabral foi assassinado em Janeiro de 1973 e, com ele, morreu a única solução até aí ensaiada para se conseguir, politicamente, o fim da Guerra. Caetano, porque “era obstinado” ou “não tinha coragem”, manteve-se inflexível: preferiu “uma derrota militar”²⁵⁴.

²⁵² “Amílcar Cabral, perante a desarticulação do partido e face à pressão da massa combatente guineense, totalmente desequilibrada a favor da causa nacional que aqui defendemos, viu-se constrangido a diligenciar entrar em diálogo comigo sem quaisquer condições prévias e, nos termos do plano de paz de Senghor, mediante a recíproca aceitação de um «cessar-fogo». [...] Não desejo esconder as minhas apreensões ao pressentir que perdemos talvez a última hipótese de o Governador da Guiné dialogar com Amílcar Cabral em situação transitória de manifesta superioridade. Mas pode Vossa Excelência estar tranquilo, pois não acederei a qualquer pedido de diálogo sem a sua prévia anuência”. Carta de Spínola a Caetano, em ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, p.156.

²⁵³ “O Amílcar Cabral era um homem extraordinariamente culto, extraordinariamente capaz de levar as pessoas, de influenciar. [...] Ao nível de África também o Amílcar Cabral era um indivíduo ouvido, era um líder africano. [...] Tinha grandes ligações a nós e todo o seu discurso foi sempre um discurso de entendimento connosco e nunca de ataque a nós. Ele tem aquela frase que aliás os tipos do PAIGC me disseram que ele disse, durante a guerra terá dito, contou-me também o Zé Araújo e outros, vocês hão-de ver que quando vier a paz os portugueses são os únicos indivíduos com quem a gente se vai entender. É claro ele tem muita ligação a Portugal, não é verdade. Ele estava casado com uma portuguesa. Estudou em Lisboa”. Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Tc1350>.

²⁵⁴ “Ele era muito pior do que o Salazar. [...] Ele falhou porque não teve a coragem de tomar uma opção”. Entrevista a Manuel Monge. Em BERNARDO, Manuel, *idem*, p.286.

Numa das entrevistas que deu no exílio, quando perguntam a Marcello se “foi sempre contrário a negociações para tratar da descolonização”, responde que “fui e não me arrependo. Se até 1974

A foz do Ipiranga prolongara-se, através de Cabral, até à costa africana²⁵⁵. Adriano Moreira, um insuspeito africanista, realçou a excepcionalidade do homem: “no espaço português apenas se diferenciou um homem, com vigor e personalidade, que foi Amílcar Cabral”²⁵⁶. Spínola confirma que concordavam em tudo, apenas preconizando “prazos” divergentes. Somente Caetano, orgulhosamente só, não quis admitir que o grito, desta vez, pudesse não partir da aristocracia metropolitana.

Entretanto, “já há uns dois ou três anos que um grupo de oficiais da Guiné conspirava num projecto que tinha como objectivo a tentativa de derrube do Governo...”²⁵⁷, o que, objectivamente, hipotecava qualquer projecto político a médio/longo prazo. Que seria, fatalmente, sugerido “fora de tempo”. Ainda assim, impunha-se a necessidade de apresentar uma solução.

III. A COMUNIDADE INTERNACIONAL E AS COMUNIDADES

A partir de 1961, a comunidade internacional hostilizara-se abertamente contra o regime português e a sua política ultramarina. E nem o facto de Portugal integrar algumas organizações internacionais (NATO, EFTA, ONU, OECE) atenuou essa hostilidade.

Um dos “ciclópicos” trabalhos de Marcello consistiria em inverter ou, no mínimo, aliviar a crescente pressão internacional exercida sobre o Governo português. Numa primeira fase, nos anos de 1968-69, a estratégia passou por reintegrar o país no “bloco ocidental”, apelando, sobretudo mas não

o que eu disse era inspirado no raciocínio e na experiência alheia, creio que o que se passou depois forneceu uma experiência própria bem eloquente também...” Em CAETANO, Marcello, *O 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns depoimentos*, pp.25-26.

²⁵⁵ O próprio Amílcar Cabral, em plena Guerra, considerou a língua portuguesa “uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram”, defendendo inclusive a sua manutenção – “se queremos levar para a frente o nosso povo, para avançarmos na ciência, durante muito tempo, teremos de utilizar o português”. In CABRAL, Amílcar; *Textos políticos* / Amílcar Cabral, [S.l.], PAIGC, [s.d.], 32 p. (Colonialismo e Luta de Libertação dos Povos Africanos, 5), p.11-12.

²⁵⁶ MOREIRA, Adriano, *O Novíssimo Príncipe: análise da revolução*, Prefácio, Lisboa, 2003 (edição original de 1977), p.61.

²⁵⁷ Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

só, à “solidariedade dos países da Europa Ocidental”.²⁵⁸ Basicamente, a argumentação baseava-se na proposição segundo a qual os problemas que Portugal estava a enfrentar tornar-se-iam, inevitavelmente, em problemas de todo o “Ocidente” e as vantagens estratégicas da presença portuguesa em África não se resumiriam a Portugal mas beneficiariam todo o “bloco”.

Visto que o governo português se considerava “vítima” da bipolarização política/militar, expressa na Guerra Fria, justificava a sua política ultramarina com esse mesmo quadro geoestratégico. O discurso de 24 de Outubro de 1968 é exemplificativo do que se acaba de dizer: “essa solidariedade não pode, porém, limitar-se a umas tantas questões localizadas no território do nosso continente. O Ocidente é um bloco. E em todas as ocasiões e em todos os lugares, seja qual for o ponto do Globo em que os seus valores ou os seus interesses vitais sejam ameaçados temos o dever de os defender. Se a Europa Ocidental deixar que os seus adversários apertem ao redor dela o cerco, será asfixiada sem remédio. Não poderiam então os nossos amigos de Além-Atlântico [numa alusão aos EUA] gozar a segurança da sua liberdade”.²⁵⁹

Nesta matéria, Marcello praticamente não inovou em relação a Salazar (ou F. Nogueira). O discurso permanecia praticamente o mesmo. A inovação e aprofundamento viriam da Guiné. Spínola não só tinha uma perspectiva geoestratégica dos problemas inegavelmente perspicaz e um bom conhecimento das relações internacionais como a exprimia frontalmente, sem o cuidado de Marcello. Enquadrando o aparecimento dos movimentos “subversivos” e “terroristas” (porque não convinha chamá-los “independentistas”) e o despoletar da conflito armado nos territórios portugueses, à imagem do que sucedera em toda a África, à estratégia soviético-comunista de conquista de espaço de influência ao Ocidente (ci-

²⁵⁸ No Palácio de Queluz, em 24 de Outubro de 1968. Em CAETANO, Marcello, *Coordenadas da Política Externa Portuguesa*, SEIT, Lisboa, 1970, p.7.

²⁵⁹ Na continuação: “Por isso atrevo-me a dizer que nós, Portugueses, procurando tenazmente manter no âmbito do Ocidente algumas posições estratégicas e territoriais importantes, não obstante a incompreensão de alguns, temos prestado não pequeno serviço à causa comum – e, apesar de tudo, porque obedecemos a um imperativo da nossa consciência colectiva, havemos de continuar a restá-lo”. Em CAETANO, Marcello, *idem*, 1970, p.7.

tando inclusive Trotsky e Bukarine²⁶⁰), criticou severamente o “bloco ocidental”, considerando que não estava a dar a resposta adequada à ofensiva soviética, alertando que “temos de reconhecer, por mais que nos choque, que só poderemos vencer a *revolução de massas* com a *revolução de massas*”.²⁶¹

Tendo em conta o apoio sino-soviético-cubano ao PAIGC e apesar de considerar que a solução do problema ultramarino era um assunto interno, pese embora a influência determinante externa, lamenta a “estagnação” dos EUA, que poderia correr o risco de confundir-se com resignação, por permanecerem agarrados aos “termos clássicos das suas concepções”. E reprovava, de forma cáustica, a atitude daqueles que “ingenuamente se julgam defendidos (...) pela NATO (...), com as suas pesadas divisões e os seus foguetões”, por ser incapaz e inadequada para defender o Ocidente, “pelo simples motivo de que não é nesse campo [o militar] que estamos a ser atacados”.²⁶² O que, dito de outro modo, significa que se o problema era político-social, a solução também tinha de o ser. Precisamente o que tentara fazer na Guiné, onde se travava uma “guerra eminentemente psicológica”.

A projecção internacional do problema ultramarino só ocorria cirurgicamente e sempre num plano estratégico. Ao considerar que se travava também na Guiné uma luta contra os “inconfessáveis interesses de países estrangeiros”, dos quais Portugal era “vítima” e o PAIGC um mero e ingénuo brinquedo, Spínola sustentava que “a autêntica luta anti-imperialista travada na Guiné e pelo seu povo, é a nossa. É curioso, mas é uma realidade”.²⁶³ No sentido de invalidar qualquer antagonismo entre o que designa por “Grande Nação Portuguesa” (“multirracial”, “multicultural” e “multicontinental”) e o “quadro da real evolução do mundo actual”, o general considerava, ou pelo menos veiculava essa

²⁶⁰ “Encontramo-nos, de facto, perante a concretização da velha intenção trotskysta: «destruir o Ocidente com qualquer coisa que o Ocidente não compreenderá», ou, como afirmou Bukarine, «apodrecer suficientemente os inimigos da União Soviética para sobre eles alcançar a vitória sem que o exército vermelho tenha de disparar um só tiro fora das suas fronteiras». SPÍNOLA, António de, *Linha de Acção*, p.48.

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² *Idem*, pp.48-49.

²⁶³ *Idem*, *Por uma Guiné Melhor*, p.378.

ideia, a defesa dos interesses portugueses, ocidentais e africanos indissociáveis. A defesa de uns implicaria, necessariamente, a defesa dos outros. E neste ponto, até pelos conceitos, estava sintonizado com a “retaguarda”.

Se na forma é possível detectar motivações propagandísticas, a evolução do conteúdo discursivo spinolista traçava as linhas orientadoras do projecto político. A política de promoção social e de, nas palavras de Spínola, “autêntica unidade nacional”, fundamentada na rica “diversidade” e no “nosso tradicional humanismo” (legitimado pela histórica presença portuguesa em África²⁶⁴) pretendia “fazer progredir o homem sem alienação cultural, por um processo de dinâmica interna suficientemente realista para ser aceite sem contestação”²⁶⁵, porque, argumentava, “combatemos aqui por uma certa concepção do mundo e da vida”²⁶⁶.

O parceiro internacional português que reflectia, naturalmente, essa “concepção do mundo e da vida” era o Brasil. A viagem oficial de Caetano a esse país, em 8 de Julho de 1969, foi uma tentativa de aproximação ao parceiro que entretanto se tinha demarcado (nomeadamente na ONU) da política e do regime português. Apelando ao coração, Marcello referiu que “há na política externa portuguesa uma constante inalterável: a amizade com o Brasil”. E que este “é mais do que um país, do que um povo, do que uma projecção magnífica da nossa cultura no plano universal: é um mundo que faz parte de nós próprios, da nossa maneira de ser”. Num tom poético, em que era pródigo, tentava relançar a “Comunidade Luso-Brasileira”, insistindo na necessidade de “cooperação que na ordem política, como na

²⁶⁴ Não sendo talvez o melhor exemplo da capacidade argumentativa de Spínola, não deixa de ser interessante o seguinte excerto de uma entrevista concedida à *Independent Television – UK*: “Quando aqui chegámos, há 500 anos, não disputámos a soberania da Guiné a qualquer autoridade nacional constituída adentro das suas actuais fronteiras. De resto, devo recordar que há 700 anos a Província europeia do Algarve foi conquistada aos árabes que então ocupavam a Península, e não consta que haja qualquer reivindicação ou contestação sobre o Algarve cuja população é já independente por ser parte integrante de Portugal independente, gozando de plenos direitos de cidadania. A menos que Amílcar Cabral baseie as suas reivindicações em questões ráticas; mas isso também não podemos aceitar, porque defendemos intransigentemente a tese da igualdade e do respeito pela dignidade humana”. *Idem*, p.384.

²⁶⁵ *Idem*, *Linha de Acção*, p.332.

²⁶⁶ *Idem*, *Por uma Portugalidade Renovada*, p.348.

económica e na cultural, deve verificar-se constantemente”. Porque, disse sublimemente, “a Comunidade é um sentimento. A Comunidade é um propósito. A Comunidade é uma política”.²⁶⁷ Na verdade, não era nada disso. Pouco mais era do que um instrumento de intercâmbio literário/linguístico.

Na Guiné, o seu governador chamava a atenção para a necessidade de “estar-se no mundo” e “acompanhá-lo nas suas mutações”.²⁶⁸ Consciente da impossibilidade de garantir o crónico e insustentável sobredimensionamento estrutural português, defendeu a ideia de “Lusofonia”, inspirada no “luso-tropicalismo” de Gilberto Freire, que parece querer abraçar afectivamente o imenso Atlântico Sul outrora português. Projecto que visaria a “complementaridade de interesses económicos”, no sentido de uma possível constituição de um grande espaço político-económico, na exacta medida das várias vontades nacionais.²⁶⁹ De Lisboa, porém, vinha esta réplica vaga e irresoluta: “qual a linha evolutiva dos territórios ultramarinos portugueses, qual o lugar que lhes cabe ou virá a caber dentro da Comunidade Portuguesa, são outros problemas. Em política só cabem as visões históricas e essas são incompatíveis com as juras para a eternidade”.²⁷⁰

O presidente do Conselho não parecia acreditar no seu próprio discurso e na possibilidade do que projectava, talvez porque pensasse que, simplesmente, não era ele que tinha de acreditar, mas os portugueses, que (nisso sim, já acreditava) lhe tinham concedido um “mandato” inequívoco e “indeclinável”. No discurso de 28 de Fevereiro de 1972, na Conferência Anual da ANP, entendeu que “enquanto o País quiser que me ocupe dos seus destinos, entendo que deseja liberdade sem anarquia, progresso sem desequilíbrio, justiça social sem revolução”. A retracção política, iniciada em finais de 1970, evidenciava-se no decorrer do ano de 1972.

Aspecto tanto mais relevante, quando confrontado com a intensa, ainda que curta, acção de Adriano Moreira, onze anos antes, à frente do Ministério

²⁶⁷ CAETANO, Marcello, *Coordenadas da Política Externa Portuguesa*, pp.10-14.

²⁶⁸ *Idem*, *Por uma Portugalidade Renovada*, p.490.

²⁶⁹ *Idem*, pp.577-579.

²⁷⁰ Do prefácio ao livro “Mandato Indeclinável”. Em CAETANO, Marcello, *Razões da Presença de Portugal no Ultramar*, SEIT, Lisboa, 1971, p.37.

do Ultramar (MU). Nesses dois anos, o próprio destacou apenas “a revogação do estatuto dos indígenas”.²⁷¹ Considerando que “fora um documento elaborado com as melhores intenções mas que se transformara num símbolo de discriminação”.²⁷² Atribuindo o seu destaque ao facto de que sempre lhe “pareceu que um dos elementos fundamentais da concepção portuguesa era o de que as sociedades deviam ser integradas”.²⁷³ O Brasil, segundo defendeu, era um exemplo disso mesmo.²⁷⁴

Embora reconhecendo que “hoje dificilmente um país mantém uma inteira soberania em todos os sectores da vida nacional”, Marcello apenas estudou a “A Lição do Brasil”, no discurso proferido em 10 de Abril de 1972, para atacar (ou defender-se?) a ONU, por considerar que existia nesta “a falsa concepção de que cada continente pertence às raças que dele são consideradas originárias. Por isso se pretende fazer vingar o princípio de que África só pode haver Estados governados por pretos”.

O argumento integrador a que, implicitamente, se refere neste discurso, legitimador da presença portuguesa em África e na Ásia, era a grande bandeira da política externa portuguesa, especialmente quando aquele era posto em causa. Contudo, apenas A. Moreira (no salazarismo) e António de Spínola (durante o marcelismo) procuraram dar-lhe alguma consistência e fundamento²⁷⁵. Em sentido lato, tanto as reformas de Adriano Moreira

²⁷¹ Entrevista conduzida pela jornalista Maria João Avillez, disponível no “Arquivo Electrónico” do site do Centro de Documentação 25 de Abril – www.uc.pt/cd25a.

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ “Mas há aqui um ponto que é curioso lembrar: eu não conheço nenhum doutrinador da unidade portuguesa que alguma vez tenha lastimado a independência do Brasil.. Pelo contrário: todos achavam sempre que o Brasil era uma glória portuguesa. Ora o Brasil foi efectivamente um Estado tornado independente por acção dos próprios portugueses, que, ao verificarem a evolução da conjuntura, procederam a uma avaliação dos riscos para o regime de então – o regime monárquico – e fizeram a independência que salvaguardou a presença portuguesa e a sociedade integrada que ali se desenvolvia”. *Ibidem*.

²⁷⁵ “Quando o almirante Sarmiento Rodrigues – um homem por quem tenho grande admiração – me convidou, era ele ministro do Ultramar, para eu fazer um projecto de reforma do sistema prisional do ultramar. Eu dedicava-me na altura ao Direito Criminal e aceitei fazer esse estudo. Visitei então Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné. (...) Talvez aí por 1953. (...) E foi determinante pelo desafio: todos os portugueses que passavam por África adquiriam uma noção de responsabilidade,

como o pensamento e acção política de Spínola vão desembocar numa espécie de *Pan-Lusofonismo*, cuja forma seria secundária, pois o vital e verdadeiramente importante era preservar o estatuto e a presença internacional dessa “forma de estar no mundo, que é ser Português”.²⁷⁶ Mesmo num prisma exclusivamente geoestratégico.²⁷⁷

Um dos “sete magníficos”, Almeida Bruno, resumiu o projecto desta forma: “o Ultramar devia ser reconvertido; primeiro, em regiões autónomas; depois, uma federação; e, finalmente, cada território, à medida que atingisse um grau suficiente de desenvolvimento, seria rigorosamente independente e apareceria, assim, a Comunidade Lusíada”.²⁷⁸ Passados mais de vinte anos, Spínola afirmou estar convencido “de que seria possível edificar, com pleno êxito, uma Comunidade Lusíada”.²⁷⁹ E demonstrava o realismo desta hipótese dando o exemplo dos espaços de integração económica europeus, com os quais não identificava Portugal devido à histórica tendência africana, que não tendo entre si os laços que existem adentro do espaço lusófono (a começar pela língua), estavam a ser bem sucedidos.

A analogia com o sucesso da integração europeia não é, de modo algum, inocente. Portugal estava a viver, durante o marcelismo, como foi salientado, um período único de prosperidade económica. Spínola realçava o facto, que

de dimensão, que a sociedade metropolitana não fornecia. Havia infelizmente uma falta de correspondência nas imagens dos que tinham conhecimento africano e dos que apenas tinham uma experiência metropolitana: o ultramar real não era reproduzido nas preocupações de quem estava reduzido à metrópole e isso não foi bom para o país”. *Ibidem*.

²⁷⁶ SPÍNOLA, António de, *Linha de Acção*, p.291.

²⁷⁷ Num artigo de análise da conjuntura internacional de Spínola para a revista *Defesa Nacional*, de Agosto de 1971, intitulado “A Defesa do Ocidente”, Spínola transpõe a ideia da seguinte forma:

“Impõe-se, a par do reajustamento de conceitos e de estruturas, um alargamento de áreas de influência e de interesse, tirando partido das extraordinárias potencialidades de alguns dos países ocidentais no quadro de um contexto euro-afro-americano que tem de caracterizar os novos rumos de defesa do Ocidente, defesa para a qual Portugal, a Espanha e a França poderão dar um contributo decisivo pelo prestígio que as respectivas culturas alcançaram nos continentes africano e sul-americano. De outra forma, o Ocidente irá, pouco a pouco, perdendo a sua capacidade de reacção, e com ela, a própria liberdade”. *Idem*, *No Caminho do Futuro*, p.98.

²⁷⁸ BERNARDO, Manuel, *idem*, p.261.

²⁷⁹ GUERRA, João Paulo, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996, p. 51.

na sua perspectiva se caracterizava, “contrariamente à primeira fase do pós-guerra, por uma recuperação significativa do atraso económico do país, (...) referido internacionalmente como um importante caso de crescimento económico, sendo por diversos autores associado à dinâmica dos então chamados Novos Países Industrializados (NPI)”.²⁸⁰ Ora, a geração de sessenta, que estava a gozar dos benefícios desta conjuntura, era, segundo vimos, o principal grupo de apoio do marcelismo. Apoio esse, todavia, mais virtual do que real, devido a um equívoco de sentido: para a “vanguarda tecnocrata”, conotada negativamente por africanistas como F. Nogueira²⁸¹ ou A. Moreira²⁸², o “destino histórico” português já não estava em África, mas sim na “nova Europa”. Basta recordar a “nova política industrial” defendida por Rogério Martins, nos inícios de 1970, que tinha já como pano de fundo a Comunidade Económica Europeia (CEE). Uma posição fundamentada numa realidade indesmentível: nesta altura, o “Mercado Comum” representava já 55% do comércio externo português, enquanto as trocas com o Ultramar representavam somente 10%.

O chefe do governo português, que enquanto ministro da Presidência acompanhara as negociações com vista à constituição da EFTA, era, obviamente, um atento observador da construção europeia e do poder de sedução que esta exercia sobre os seus colaboradores e empresários (muitos deles seus amigos pessoais). Com a entrada da “velha aliada” para a CEE, ficou claro que Portugal não poderia ficar à margem da “nova” Europa. A solução, novamente de compromisso, foi o Acordo Comercial, assinado em Dezembro de 1972. Caetano via-se perante o inevitável dilema: “as elites do regime estavam divididas em relação a duas opções que todos sabiam ser mutuamente exclusivas: a Europa ou o Império”.²⁸³

²⁸⁰ SPÍNOLA, António de, *Linha de Acção*, pp.41-42.

²⁸¹ Afirma o autor que o “tecnocrata” é «um homem ainda novo, ignorante que estudou o “Manual do País Exemplar”, vê a nação em termos de chaminés de fábricas e electrodomésticos, e tem a audácia dos ignorantes”. Em “16 Setas”, *Política* (Lisboa), ano II, nº 28 (1-3-1971), p.5.

²⁸² “Os tecnocratas, que amam o poder e o dinheiro sem a responsabilidade, (...)”. Em MOREIRA, Adriano, *O Novíssimo Príncipe*, p.69.

²⁸³ OLIVEIRA, Pedro Aires, *Política Externa*, em ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires, *A Transição Falhada*, p.322.

Spínola é confrontado, numa entrevista em Junho de 1970, precisamente com o facto de ser “sugerida em certos sectores da opinião nacional a necessidade de se optar por uma política europeia ou por uma política africana”. A sua resposta, sem desfazer o “dilema”, não abona, logicamente, a favor da opção europeia. Afirmando que o chamado “problema ultramarino português” era um falso problema porquanto “não pode isolar-se o Ultramar da Metrópole”, considerava que “somos uma Nação mais voltada para a África do que para a Europa e, como tal, não há lugar para a opção que refere”.²⁸⁴ Não rejeitou uma aproximação europeia, muito pelo contrário, reconheceu a sua necessidade. A solução passaria por “revisões em ordem a harmonizar a nossa raiz europeia com o imperativo da extensa comunidade que também somos”. Acrescentando, no seu projecto federalista, que “não abriremos, nesse processo, qualquer precedente”.²⁸⁵ O que ia um pouco ao encontro de F. Nogueira, apesar do radicalismo empregue nas suas tomadas de posição²⁸⁶ (que deve ser compreendido sobretudo em função da “inacção” marcelista²⁸⁷), quando afirmou que “não temos que ser europeus ou antieuropeus: temos de pensar em termos portugueses (...) e obter o que nos for útil (...) sempre no quadro dos interesses portugueses”²⁸⁸

Por razões óbvias, o general apenas no “Portugal e o Futuro” abordou a “unificação europeia”. Sempre numa óptica geoestratégica, afirmou não crer “que alguém tenha dúvidas quanto ao imperativo de uma unificação europeia como condição de sobrevivência deste velho berço da civilização ocidental; é que, – continua – apesar das aparentes contradições ideológicas e das reais diferenças de estádio, das barreiras linguísticas e de certas

²⁸⁴ SPÍNOLA, António de, *Linha de Acção*, pp.17-18.

²⁸⁵ Idem, *Portugal e o Futuro*, p.82.

²⁸⁶ Referindo-se àqueles que acreditam naquilo que ele designa por “mito europeu”, com mais de “2000 anos”, afirma que “não sentem a Nação Portuguesa na sua totalidade”, até porque “nunca a Europa teve em conta os interesses puramente portugueses”. *Diário das Sessões* (da Assembleia Nacional), ano de 1970, nº30 (8-4-1970), p. 570.

²⁸⁷ Cuja ambiguidade conduzia à tentativa de “conciliar o inconciliável, unir numa mesma tese projectos contraditórios”, como escreveu José Manuel Tavares Castilho, idem, p. 68.

²⁸⁸ “Considerações de ordem política sobre a posição de Portugal em face da Europa”, em *Diário das Sessões* (da Assembleia Nacional), ano de 1970, nº30 (8-4-1970), p.569.

diferenças entre concepções de vida, é muito mais profundo o que une e aproxima as nações europeias do que quanto as separa”.²⁸⁹ Para afastar qualquer suspeita de anti-europeísmo, confirmou crer “bem que, no quadro actual, volta a desenhar-se, com justificada esperança, o pensamento de Jean Monnet; e ainda que os ‘Estados Unidos da Europa’ não tenham efectivamente começado, tudo leva a crer encontrar-se a Europa, de facto, no arranque da ‘Confederação Europeia’”.²⁹⁰ Pode adivinhar-se no exposto que o elogio do que não se desejava constituía apenas uma forma de intentar a aceitação do que se pretende.

No fundo, para Spínola a CEE era uma inevitabilidade. E é nessa condição que aborda a questão. A “Comunidade Lusíada”, essa sim, representaria o futuro de Portugal. Questionava por isso a exequibilidade dum aprofundamento da integração portuguesa na Europa, donde remata, “que tal situação de conflito seja solúvel na hipótese de se ficar pelos acordos comerciais, até porque na estrutura jurídica da Comunidade Europeia, os acordos comerciais não são reserva exclusiva de países europeus não aderentes nem associados”.²⁹¹

Independentemente do projecto, na Guiné prosseguia a Guerra. Amílcar Cabral manifestava, categoricamente, a irreversível intenção do partido em proclamar, logo que fosse oportuno, a existência do Estado soberano da Guiné e conseqüente destruição da presença “colonialista” portuguesa²⁹². Perseguindo o mesmo objectivo na IX Conferência da OUA (Junho de 1972), Cabral apresentou um documento²⁹³ onde desenvolvia os passos e os mecanismos conducentes à desejada proclamação do Estado guineense. A palavra de ordem era “independência total e imediata”. Ademais reforçada pelo fracasso das negociações. Para os militares (sobretudo os da Guiné), outro valor mais alto se levantou. Caetano havia referido, num seu discurs-

²⁸⁹ SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, Prefácio, Lisboa, 2003, p.79.

²⁹⁰ *Idem*, pp.80-81.

²⁹¹ *Ibidem*.

²⁹² CABRAL, Amílcar, *Discurso do Camarada Secretário-geral na Reunião do Conselho de Segurança em Adis Abeba*, Serviços de Informação do PAIGC, Fevereiro de 1972.

²⁹³ CABRAL, Amílcar, Situation de la lute du PAIGC en Janvier 1973 – Rapport à l'intention de l'OUA, s.d., p.8.

so que “alguém teria de arcar com as responsabilidades”. Aqueles estavam dispostos a fazê-lo, mas não para reeditar a solução experimentada em Goa.

IV. OS SPINOLISTAS, O REGIME, PORTUGAL E O FUTURO

Em 1961, Salazar não reformou porque acreditara na vitória militar, segundo a observação de Adriano Moreira.²⁹⁴ Em 1968, Caetano pretendia reformar, mas sem “precipitações”, porque esperava a prorrogação do impasse militar. Acabou por reformar moderadamente e a Guerra precipitou-se. A fechar o ano de 1972, recebia da Delegação da PIDE/DGS presente na Guiné, a derradeira confirmação: “infelizmente somos forçados a admitir que Cabral terá possibilidades de realizar os seus objectivos”, dado que o PAIGC, contrariamente às forças “colonialistas”, continuava a receber “consideráveis reforços de pessoal e material ligeiro”.²⁹⁵ Marcello não ficou muito preocupado: “os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas responsabilidades, essa derrota deixar-nos-ia intatas [sic] as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar”. Pelo que, “para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações”.²⁹⁶

Compreende-se facilmente que Spínola ficasse “escandalizado”, como refere Marcello, num tom condescendente para com o general que, simplesmente, não podia partilhar o seu “ponto de vista”. Contudo, não foi apenas este que “não se conformou”, mas todos os oficiais que combatiam há demasiados anos para garantir o tempo necessário para uma solução política que nunca chegou. A contradição que caracteriza a postura e discurso de

²⁹⁴ “Quem ganha a guerra não faz reformas. E, nesse momento, estabeleceu-se a convicção de que a guerra estava ganha”. In GUERRA, João Paulo, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996, p. 18.

²⁹⁵ IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC, Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas – Guiné, caixa 14, f. 450. Cit. em MATEUS, Dalila Cabrita, *idem*, p.176.

²⁹⁶ CAETANO, Marcello, *Depoimento*, p.191.

Caetano é gritante. A manifesta insensibilidade para com a realidade duma Guerra que ia já, em 1973, para doze anos, e para com o esgotamento das FA (a todos os níveis) é inexplicável. Igualmente, não se percebe o facto de rejeitar uma solução política na Guiné e considerar que tinha “possibilidades jurídico-políticas” de fazer fosse o que fosse em Angola e Moçambique. A lógica da dimensão económica e demográfica das diferentes províncias também não é justificável. O “efeito dominó” que ele tanto temia e para o qual tanto contribuía, aconteceria de qualquer forma. Como aliás aconteceu. Restava optar entre a perseguição de um efeito positivo ou negativo. Ao não optar pelo primeiro, permitiu o segundo. A uma “derrota militar” na Guiné seguir-se-iam outras, com ou sem honra, em Angola e Moçambique.

Amílcar Cabral tinha absoluta razão quando dizia “que a nossa [do PAIGC] luta de libertação nacional é não somente a mais avançada de África mas também uma das mais avançadas no quadro geral da luta dos povos oprimidos contra o imperialismo e o colonialismo (...)”²⁹⁷. Não foi racional, sensato ou prudente ignorar este facto.

A “moderação” abandonou-o decididamente nestes meses finais de governação. No mês de Junho de 1973, com o sugestivo título de *O apelo do interesse geral*, advertiu em Aveiro que “não pensem os ingénuos que há terceiras vias”. Surpreendente declaração, pois o que era afinal o regime que construiu e defendeu durante quarenta anos? Como realçou Reis Torgal, Salazar apresentara-o, precisamente, como “a terceira via”. Caetano defendera-o enquanto “solução mais conveniente” e solução de “compromisso”. A explicação desta contradição residiria na extenuante reincidência em relação ao “adversário da ordem social”, o Partido Comunista (PC)²⁹⁸. À imagem do que acontecera com Salazar, o “terrível” perigo vermelho con-

²⁹⁷ CABRAL, Amílcar, *Memorandum a l'intention des Chefs d'Etat ou de Gouvernement d'Afrique*, 9ème Conférence de l'OUA, Rabat, 1972, p. 9.

²⁹⁸ “Porque a única ideologia da oposição que tem uma organização com sequazes militantes é a comunista. E o único grupo com capacidade de combate, de aglutinação e de domínio nessa oposição é o partido comunista. Aveiro verificou, ainda não há muito, que assim é. E se reconhecê-lo é uma homenagem a esses aguerridos adversários da ordem social, julgo preferível prestá-la a voltar a cara à verdade e deixarmo-nos viver no meio de ilusões”. Em CAETANO, Marcello, *O apelo do interesse geral*, SEIT, Aveiro, 24 de Junho de 1973, p.13.

vertia-se em frente de batalha, canalizava as energias e justificava o injustificável. Desta forma, não admitia (ou sequer via) a degenerescência e decomposição interna do regime que liderava.

Obcecado com a luta ideológica, a governar na ficção “jurídico-política”, não prestou a necessária atenção ao estado de sítio do verdadeiro poder do regime: as FA. Porque, segundo afirmou a propósito de Costa Gomes e Spínola, por ocasião da publicação do “Portugal e o Futuro”, ele “não podia admitir que tais pessoas não tivessem a noção do interesse nacional e do dever militar”.²⁹⁹ Os relatórios da PIDE/DGS de Maio/Junho de 1973 focam repetidamente a “evidente falta de meios” e a “nítida falta de determinação das tropas europeias, incluindo oficiais permanentes”³⁰⁰. Poucos meses depois, a situação chega ao ponto de a PIDE/DGS considerar que a “inépcia das tropas portuguesas é praticamente total”.³⁰¹ Partindo-se do princípio de que tinha acesso a estes relatórios, não se preocupou sequer em compreender o motivo. Simplesmente, os militares têm de cumprir o seu “dever”³⁰².

No regresso da desastrosa viagem a Londres, no dia 19 de Julho de 1973, Marcello asseverava, para a última “manifestação espontânea” do seu consulado, que tem “um objectivo muito nobre. Queremos que Portugal continue como é”. Semanas depois, Spínola abandonava a Guiné, porque sabia que Portugal não podia continuar como era. Pôs-se o problema da colocação do “grande general” da Guiné. Havia que agradar-lhe e encontrar uma solução que o compromettesse, com pouco poder, com o governo. Caetano recordava-se do que mestre lhe fizera³⁰³ e aproveitou a sugestão

²⁹⁹ CAETANO, Marcello, *Depoimento*, p.195.

³⁰⁰ IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC, Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas – Guiné, caixa 15, fls. 425, 447/448, 450 e 505. Cit. em MATEUS, Dalila Cabrita, *idem*, p.177.

³⁰¹ MATEUS, Dalila Cabrita, *idem*, p.178.

³⁰² “Em Agosto de 1973, em conversa com Diogo Freitas do Amaral, Marcelo Caetano afirmava que ‘as Forças Armadas, que existem para fazer a guerra, já não se querem continuar a bater, e o que desejam é fazer a paz’, acrescentando que o moral das tropas era péssimo e que não sabia dizer por quanto tempo mais aguentariam o grande esforço que lhes era pedido, embora suspeitasse que não fosse por muito”. *Idem*, p.180.

³⁰³ Apercebendo-se, possivelmente, do potencial político de Caetano, após a redacção da Constituição de 1933, Salazar convidou-o para o novo cargo de subsecretário de Estado das Corporações

de Costa Gomes: inventou-se o cargo de vice-CEMGFA. Esperava que o general tivesse a mesma noção de legalidade e respeito pela “hierarquia” que ele, Marcello, tinha. E talvez tivesse tido, não fora estar demasiado “desgostoso” com a situação e conhecer, como ninguém, o estado de espírito das FA.³⁰⁴ Semelhantemente, como foi incapaz de fazer um golpe de estado a Salazar, não concebia que podia ser vítima de um.

Para resolver o problema da falta de oficiais que afectava as FA e, por inerência, a continuidade da Guerra, o governo promulga os famosos decretos-lei nº 353, de 13 de Julho de 1973, e nº 409, de 20 de Agosto do mesmo ano.³⁰⁵ Aproveitando a mobilização feita para boicotar o I Congresso dos Combatentes do Ultramar (1 a 3 de Junho de 1973), organizado pelos “ultras”, que pretendiam antecipar-se aos spinoletas e agarrar o leme do descontentamento no seio das FA, o grupo de oficiais do Quadro Permanente (QP) que vinha conspirando desde a Guiné, conseguiu reunir 400 assinaturas.³⁰⁶ A este grupo juntaram-se elementos fundamentais no futuro do Movimento das Forças Armadas (MFA), como Vasco Lourenço, o mais em-

e Previdência Social. Sob a aparência duma promoção política, Salazar pretendia interromper-lhe a ascensão remetendo-o para um cargo trabalhoso e, na prática, pouco substantivo. Caetano rejeitou o convite em prol da sua carreira académica. Salazar não gostou e demoraria 11 anos a convidá-lo novamente para o governo.

³⁰⁴ “Devo também dizer que ele aproveitava muito bem aquele lugar para fazer a sua política interna, porque recebia muita gente...” Entrevista a Costa Gomes. Em BERNARDO, Manuel, *idem*, p.333.

³⁰⁵ “Segundo esses diplomas, os capitães milicianos que pretendessem entrar no Quadro Permanente poderiam fazê-lo desde que seguissem, com aproveitamento, um curso acelerado para oficiais, na Academia Militar, com a duração de dois semestres, enquanto os cadetes necessitavam de quatro anos para serem promovidos a alferes. Além disso, a antiguidade dos oficiais milicianos que assim entrassem no Quadro Permanente passaria a ser contada a partir da sua promoção a tenentes milicianos do quadro de complemento. Exemplificando, tal poderia acarretar uma ultrapassagem média de dois anos em relação aos cadetes formados na Academia Militar e que já pertenciam ao Quadro Permanente desde o início da década de sessenta, exactamente quando se iniciou a luta armada nas colónias”. Em FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe*, História de Portugal, dir. José Mattoso, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores e Ed. Estampa, 1994, p. 21.

³⁰⁶ CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p.145 e segs. RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário, CARDOSO, Mário, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril – 229 dias para Derrubar o Fascismo*, Lisboa, Moraes Editores, 1974, pp.147 e segs. REZOLA, Maria Inácia, *AS Forças Armadas, os Capitães e a Crise Final do Regime*, in ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires, *A Transição Falhada*, Notícias Editorial, Lisboa, 2004, pp.342-343.

penhado em utilizar a reacção generalizada contra os decretos-lei e convertê-la em capital político contra o regime.³⁰⁷ Os decretos não foram a origem do movimento militar, mas sim a botija de oxigénio. E, ao contrário do que afirma Maria Inácia Rezola, não foi com estes acontecimentos que começou a “ganhar adeptos a tese de uma solução política, e não militar, para a guerra”.³⁰⁸ Desde 1971 que essa “tese” já tinha adeptos. No Verão de 1973 já não era uma “tese”, mas uma certeza adiada.

Além do mais, considera Manuel Monge, a proibição das negociações por parte do governo, “é o momento da acção armada no 25 de Abril”.³⁰⁹ Semelhantemente, a saída de Spínola da Guiné, em Agosto de 1973, foi a confirmação, para os militares, de que “com este poder, em Lisboa, nada era possível”.³¹⁰

No seu livro “País sem Rumo: contributo para a história de uma revolução”, Spínola refere que, em Outubro de 1970, num trabalho que lhe havia sido solicitado por Marcello “sobre a estruturação política do País com vista à revisão da Lei Constitucional”, preconizou, pela primeira vez, “uma solução federativa de transição para uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira”³¹¹.

³⁰⁷ “Acontece que a primeira pessoa que teve noção de que aquilo era um manancial que não se podia perder foi o Vasco Lourenço que apareceu nessa altura. Eu não o conhecia. [...] O Vasco Lourenço foi ele que quase recolheu as 400 assinaturas. [...] Eu sinto, dizia ele a mim, eu sinto que vai ser com os decretos que a gente consegue mobilizar esta gente e derrubá-los”. Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Tc1350>.

³⁰⁸ REZOLA, Maria Inácia, *As Forças Armadas, os Capitães e a Crise Final do Regime*, idem, p.343.

³⁰⁹ BERNARDO, Manuel, *idem*, p.282. Manuel Monge faz esta afirmação em função do facto de existirem “duas alas” no seio do movimento: uma “abaixoassinadista” – golpe de estado – e outra a favor da intervenção armada – revolução.

³¹⁰ *Idem*, p.283.

³¹¹ SPÍNOLA, António de, *País sem Rumo: contributo para a história de uma revolução*, pp. 248-249. Com base no relato de Spínola, o trabalho terminava com os seguintes parágrafos: “Terá de se atingir esse estágio (Comunidade Luso-Afro-Brasileira) por etapas, sem paragens na vida do País e sem soluções se continuidade. Mas julgo ser este o caminho que permitirá preservar a *Unidade Nacional* perante as perspectivas da evolução política do Mundo.

De outra forma, se não formos capazes de assegurar a coesão nacional através da solidariedade entre as várias parcelas do Espaço Português pelas vantagens que cada uma delas sentirá em se manter integrada no conjunto, então todo o sistema carece de fundamento e continuaremos a caminhar para a autodeterminação por via revolucionária”.

No dia 28 de Maio de 1972, dois dias depois de Caetano proibir a continuação das negociações, Spínola, “num último apelo à sua reflexão”, entregara-lhe um parecer onde afirmava que “com o correr do tempo, nos afastamos cada vez mais de uma solução eminentemente portuguesa para esta guerra de desfecho tão incerto que não poderá ser ganha no campo militar”³¹². Estes dois documentos estiveram na base do *Portugal e o Futuro*, publicado em Fevereiro de 1974. Enquanto governador da Guiné, mostrara já o documento, “noutra versão” do que foi publicado, a Costa Gomes.

À imagem do que sucedera em relação à solução política da Guerra por via negocial, Spínola foi sobretudo a expressão mediática e autorizada (hierarquicamente, enquanto chefe militar) de ideias de um conjunto de “iluminados para a solução do problema colonial português”³¹³, que partilhava e soube aproveitar. O próprio autor confirma a origem da base de um livro que pensara escrever “há muito tempo”. A versão final “foi feita no Luso”. Com a ajuda de um sargento, escreveu o livro “com base em muitos apontamentos, que trouxe da Guiné. Teve várias versões. Eu [Spínola], em Bissau, fiz o seguinte: tinha o livro gizado e depois distribuí-o a algumas pessoas da minha confiança. Recolhi várias opiniões, muitas delas divergentes. E foi dessa recolha que resultou o livro *Portugal e o Futuro*, arcando com toda a responsabilidade pela sua publicação”³¹⁴. A título de exemplo, uma das pessoas (civis) que contribuiu para a versão final da obra foi José Blanco, então chefe de gabinete do general no EMGFA.

O processo da aprovação superior da publicação do livro atinge o limiar do ridículo e demonstra o quanto “era complicada e frágil a teia do poder”³¹⁵.

³¹² *Idem*, pp.28-38.

³¹³ “A raiz disto é a reflexão daquele grupo de oficiais, onde se salientava o Carlos Fabião. Ele é um dos iluminados para a solução do problema colonial português”. Entrevista a Almeida Bruno. Em BERNARDO, Manuel, *idem*, p.264.

³¹⁴ *Idem*, p.242.

³¹⁵ Alpoim Calvão, o militar mais condecorado da história da Marinha portuguesa, avalia da seguinte forma o livro do general: “Era uma achega importante para o único problema que tínhamos que era político. Era uma reflexão que toda a gente fazia: tendo as Forças Armadas durante 13 anos dado um espaço de manobra para, na metrópole, se pensar politicamente o problema e se tomarem iniciativas, a verdade é que ninguém as tomava. Considerei o livro do general Spínola como uma forte contribuição para explicar ao poder constituído, que havia outras soluções para além daquele

Encontra-se documentado em diversas obras³¹⁶. O livro não trás nada de novo. Vem dizer à massa do país que “vivia habitualmente” – porque o governo preocupava-se por ela – que a solução para a Guerra era política e não militar e que a sua proposta política era, imagine-se a surpresa, uma solução dos finais dos anos quarenta, que fora equacionada por Salazar, aperfeiçoada por Caetano em 1962 e, em 1974, era já uma relíquia histórica. Marcello diria mesmo, em 16 de Fevereiro de 1974, que “em 1962 pensava que valia a pena pôr de pé a construção federal”, mas em 1974 já sabia “que não é assim”. O livro acabou, mesmo assim, por ser polémico e tornar-se um *best-seller*. Não pelo conteúdo, mas sim pelo facto de um general prestigiado do Exército, comprometido com o governo, criticar abertamente a política oficial. Como anotou Inácia Rezola, “depois de Spínola o afirmar, ninguém seria acusado de cobardia”. O movimento militar que havia proposto a solução interna para o regime tinha agora a cobertura superior e legitimidade pública para o dissolver.

A obra constituiria igualmente o clímax da tragédia que envolveu o marcelismo. Marcello, “ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha pressentia há meses, era agora inevitável”.³¹⁷ Spínola confessou em 1978 que “tinha verdadeiramente noção de que já era tarde”, mas a sua consciência exigia “o grito de alerta”³¹⁸. A elite económica do regime “não ficou muito impressionada” com o livro³¹⁹. Da Guiné, o Inspector Fragoso Allas (segundo Spínola, homem “de extrema lealdade” e “confiança”), refere que a “tão discutida política de africanização” e de “diálogo com o povo” não tivera receptividade e que a “camada mais evo-

imobilismo. Todos percebíamos como eram frágeis os meandros do poder [...]: era complicada e frágil a teia de poder dentro da tão apregoada ditadura...”. Entrevista a Alpoim Calvão. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eacalvao>.

³¹⁶ CAETANO, Marcello, *Depoimento*, pp.192-194. REZOLA, Maria Inácia, *AS Forças Armadas, os Capitães e a Crise Final do Regime*, *idem*, pp.355-356. VALENTE, Vasco Pulido, *Marcello Caetano: as desventuras da razão*, Gótica, pp.121-125.

³¹⁷ CAETANO, Marcello, *idem*, p.196.

³¹⁸ SPÍNOLA, António de, *País sem Rumor: contributo para a História de uma Revolução*, Scire, Lisboa, 1978, p.250.

³¹⁹ Entrevista a José Manuel de Mello. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ejmello>.

luída dos africanos de Bissau” sempre se apercebera de que eram “mais palavras do que actos”³²⁰.

Uma penada pouco brilhante precipitava a falência do regime. Não sem que o caminho para a dissolução do regime e do império rumo ao 25 de Abril custasse um unânime passivo de derrotas.

V. A HORA SOMBRIA: AS DERROTAS DA VITÓRIA

As derrotas ou fracassos dos dois principais grupos (internos) críticos do regime, a “ala liberal” (que nunca viu uma única proposta sua aprovada na AR) e o “movimento dos oficiais das FA” (que não conseguiu a viabilização da sua solução política para a Guerra), acabaram por aproximá-los na última solução ensaiada para desenterrar o regime e, conseqüentemente, descolonizar com algumas condições de sucesso, salvaguardando algum património (no sentido lato do termo) da presença portuguesa em África: o convite informal a Spínola para a PR.

A ideia, mais uma vez, surgiu do núcleo duro dos spinolistas (que eram então Carlos Fabião, Carlos Azeredo, Pedro Cardoso, Manuel Monge, Robin de Andrade e Almeida Bruno) e enquadrava-se com a via negocial para alcançar a paz na Guiné. Pretendiam “tomar conta do poder”, “sem instabilidade e sem que o poder se esboroasse e caísse, como infelizmente, aconteceu”. Ou seja, pretendiam um golpe palaciano, aliás, muito tipicamente militar. Depois de “ele se sentar em Belém tinha força suficiente, porque as Forças Armadas estavam com ele, [...] era um sucesso, caso conseguíssemos parar a guerra na Guiné. Este era o nosso sonho”, afirmou Almeida Bruno³²¹.

A estratégia da “ala liberal”, concretamente de Sá Carneiro, não correspondia exactamente. Passava por “afastar de vez o Américo Thomaz, que

³²⁰ IAN/TT, Arquivo da PIDE, SC, Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas – Guiné, caixa 14, fls. 114-115. Cit. in MATEUS, Dalila Cabrita, *A evolução das guerras coloniais na perspectiva dos relatórios de informação*, p.177.

³²¹ BERNARDO, Manuel, *Marcello e Spínola: a ruptura: as Forças Armadas e a imprensa na queda do Estado Novo, 1973-1974*, pp.261-262.

na altura era o óbvio suporte de toda a direita radical. E nesse caso, se Thomaz fosse afastado, só restaria a Marcello candidatar-se ele próprio à Presidência da República. É de resto o próprio Sá Carneiro quem explica isto a Spínola, adiantando-lhe, inclusivamente, que, a dar-se o caso – Marcello avançar para a eleição presidencial –, Spínola teria que desistir para lhe deixar o caminho livre”.³²² O que significou nova derrota política e pessoal para Spínola. Sá Carneiro, sensatamente, não estava disposto a avançar contra Marcello e a ANP. Para os spinolistas foi a terceira “perda”³²³.

A grande incompatibilidade, porém, estaria na ordem processual. Sá Carneiro “defendia, em primeiro lugar, a institucionalização de uma democracia, para, depois, resolver o problema do Ultramar. [...] Estava certo antes do 25 de Abril”, remata Spínola. Na perspectiva dos spinolistas “havia uma inversão. O nosso problema era resolver a questão de África”.³²⁴ Entre uma perspectiva e outra, Marcello rejeitou tudo: a sua candidatura à PR e o apoio a uma eventual candidatura de Spínola patrocinada pela ANP. Como refere André Gonçalves Pereira, Caetano “acreditou na estrutura jurídica que criara [enquanto teorizador do Estado Novo]; e mais, acabou por se enleiar de tal modo nela que foi incapaz de a romper, chegando ao extremo de atribuir importância ao cargo de Américo Thomaz: o cargo teria, a pessoa não tinha nenhuma!”³²⁵ No rescaldo da jogada, não houve vencedores, apenas derrotados. Especialmente o regime. André G. Pereira considera mesmo, com base na sua vivência, que “o ponto de viragem para muitos [inclusive para ele] foi inegavelmente a reeleição de Américo Thomaz”. Se Marcello tem assumido a PR, “eliminará assim o único obstáculo jurídico à sua liberdade de acção”.

Os militares (neste caso, spinolistas) só estavam à “espera que o Marcello tivesse coragem para andar para a frente. Mas não teve”. Almeida Bruno acrescenta ainda à sua conclusão que “a nossa Comunicação Social também

³²² Entrevista a Carlos Fabião. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

³²³ “Porque há três factos, que marcam muito este esquema. O principal foi a perda da hipótese de o General Spínola ter sido Presidente da República. O outro foi a morte dos Majores Osório, Passos Ramos e Pereira da Silva”. BERNARDO, Manuel, *idem*, p. 264.

³²⁴ *Idem*, p.239.

³²⁵ Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=epereira>.

sabia que a figura do General era fundamental. O nosso único azar foi o Professor Marcello Caetano. Se ele se tem *encostado* a nós e ao nosso projecto, [...] o Amílcar Cabral tinha a certeza de que, efectivamente, o projecto podia ser posto de pé. Nós tínhamos assim forma de parar a guerra na Guiné...”³²⁶ Como isso não aconteceu, confirmar-se-ia o presságio de Cabral, quando declarou estar certo “de que a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal”.³²⁷

Mas também Amílcar Cabral, com o seu projecto de independência pro-portuguesa, seria derrotado. Pese embora, segundo palavras de Gérard Chaliand, ter sido “ele [Amílcar Cabral], mais do que os Angolanos, mais do que os Moçambicanos, que provocou a revolução de 1974...”³²⁸ Afirmção que parecerá menos exagerada tomando em linha de conta o profundo impacto que o seu pensamento e acção política tiveram nos estudantes, oficiais das FA (incluindo Spínola) e mesmo em políticos de “Abril”.

No discurso posterior à publicação do *Portugal e o Futuro – Vencer a Hora Sombria* –, no qual intuiu o “golpe de estado”, para além de considerar que tudo à sua volta estava “abalado” e atacar descontroladamente uma longa listagem de “privilegiados”, Caetano profere a estocada final no regime. Porque é o que significam as seguintes palavras:

“O problema não é jurídico; não reside já em escolher entre dependência ou independência, entre Estado unitário ou Estado federal. É puramente político. Está posto por essa gente toda – aberta ou encobertamente – em termos racistas. E está posto no dilema – pretos ou brancos.

Mesmo os que vêm com pezinhos de lã dizer que farão acordos amistosos para deixar os brancos ficar onde estão, no fundo têm o pensamento de, mais tarde ou mais cedo, fazer a «africanização» dos bens estrangeiros e reivindicar a África para os pretos”.³²⁹

³²⁶ BERNARDO, Manuel, *idem*, p.264.

³²⁷ CABRAL, Amílcar, *Textos Políticos*, p.24.

³²⁸ PEREIRA, Aristides; *Uma luta, um partido, dois países*, Notícias Editorial, Lisboa, 2002, p.208.

³²⁹ CAETANO, Marcello, *Vencer a Hora Sombria*, discurso pronunciado na Conferência Anual da Acção Nacional Popular, SEIT, 16 de Fevereiro de 1974, Lisboa, p.22.

Radicalizou-se totalmente. Continuava a acusar a “demissão da Europa perante a África”, sem reconhecer a sua demissão na resolução do problema “puramente político” através de uma solução puramente política. Os textos justificativos do pós-25 de Abril são, efectivamente, pobres em explicações e ricos em justificações de um homem só e, de uma forma quase pérfida, orgulhoso da razão confirmada pelas consequências negativas do processo descolonizador. E os que o responsabilizassem fosse pelo que fosse, não passavam de “miseráveis mentirosos e loucos”³³⁰. Esta críspação é, aliás, um dado chocante em Marcello. Vasco P. Valente concluiu, justificadamente, que “ninguém se crispou como ele”. Foi incapaz de reconhecer qualquer responsabilidade negativa em mais de quarenta anos de participação política durante a ditadura. Os “conspiradores”, simplesmente, não tinham o “direito” de lhe fazer tamanha monstruosidade! O não reconhecimento, por parte de Marcello, da monumental derrota do seu governo, não a converteu, de forma alguma, em vitória.

Aquelas palavras evidenciam uma outra contradição elementar: ao recusar terminantemente o racismo (“África para os africanos”), não se percebe à partida porque não foi capaz de ouvir a voz de um português (mestiço), casado com uma portuguesa (branca), que estudou em Portugal (Coimbra), que subiu na vida a pulso (como ele próprio), que conheceu bem Portugal (Guiné e Cabo Verde) e que apenas pegou nas armas como último recurso.

Talvez a resposta esteja contida no mesmo discurso, quando afirmou que “em África não defendemos apenas os brancos: mas todos quantos, independentemente da sua cor ou da sua etnia, são leais a Portugal”. Na verdade, a lealdade a que se referiria era ao governo português. Marcello acreditava profundamente, mesmo em 1974, que o regime expresso na Constituição de 1933, e que, apesar das sucessivas alterações, manteve a estrutura política, era a solução mais conveniente. Continuava tão anti-democrático e corporativista como sempre e, como salientou Freitas do Amaral, manteve-se coerente com os seus princípios, com o seu passado.

Marcello não criou as “condições ideológicas para a liquidação política da questão colonial”, segundo afirmou F. Rosas. Elas já estavam criadas pela

³³⁰ Idem, *O 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns depoimentos*, pp.26-27.

observação *in loco* da realidade africana por muitos responsáveis (militares e civis), que não se limitaram a visitar as províncias em “clima de euforia” e ao abrigo de “manifestações espontâneas”. Ao anular o anterior paradigma e recusar assumir verdadeiramente uma “autonomia progressiva” com o objetivo da independência e ao reduzir-se à defesa duma idílica “multirracialidade” em que nenhum africano, depois de treze anos de guerra, era capaz de acreditar, confundindo-se facilmente com defesa exclusiva dos “brancos”, que constituiria a pior resposta à negritude africana (alavanca social da guerrilha), automaticamente operou um esvaziamento político não compensado, oferecendo como solução a não solução. E, pela negatividade do pressuposto, o processo de descolonização estava já comprometido. Ainda definia como “missão a cumprir: a de garantir o prosseguimento e o aperfeiçoamento de sociedades onde se não pratiquem discriminações raciais e se faça vingar a harmonia entre os homens de qualquer cor de pele”. Mas não era esta a missão que a “conjuntura” esperava que cumprisse.

Quando convocou Costa Gomes e Spínola para os incitar a tomar o poder, ter-lhes-á dito, segundo o primeiro, que “agitação que havia no País levava-o à conclusão de que não tinha seguido o caminho certo na resolução do problema ultramarino” e que por isso estes deviam pedir ocupar o seu lugar. A ser verdade, contraria tudo o que ele escreveu, antes e depois do 25 de Abril, pois nunca admitiu o erro. Como se veio a verificar, “era melhor sermos nós a tomar a iniciativa de dar a independência do que sermos forçados a isso, o que constituiria uma derrota absoluta”.³³¹

Raul Rego considerou que Marcello “não teve força para *dessalarizar* o regime. [...] Porque se ele tivesse mentalidade revolucionária, faria ele a revolução e teria *corrido* com o Thomaz”.³³² Ora, concordando-se facilmente com a segunda afirmação, a principal obra política de Marcello terá sido, apesar de tudo, a “dessalarização” (ou “dessacralização”) do regime. O bússis da questão está na manutenção da “estrutura do regime” por um homem substancialmente diferente de Salazar e numa época, como Caetano a designou, de “transição”. Aquando da revisão constitucional de 1971 (seguida,

³³¹ BERNARDO, Manuel, *idem*, pp.336-337.

³³² *Idem*, p.259.

no ano seguinte, pela nova Lei Orgânica do Ultramar), a principal iniciativa ao abrigo do lema “Renovação na Continuidade” (e nitidamente mais inclinada para esta última), afirmou, no discurso de apresentação do projecto, proferido na AR em 2 de Dezembro de 1970, que “uma ideia fundamental serviu de ponto de partida para a revisão proposta: a estrutura política da Constituição de 1933 deve ser mantida”.³³³

Ao contrário do antecessor, Marcello não foi capaz de gerir os diversos grupos ou sensibilidades que, por sua vez, tinham agora maior liberdade de acção e poder. Caetano autonomizara pela primeira vez a máquina jurídico-institucional que co-criara e baptizara de Estado Novo. Pela frente deparara-se uma conjuntura a todos os níveis adversa. Mal aprendera a andar, o regime tinha certidão de óbito. Irrracionalmente, Marcello não abandonou, nem por um instante, a criatura que nunca deixou de amar.

Os spinolistas, responsáveis pelo desenvolvimento do movimento militar que derrubou o regime, na verdade já vencido há muitos meses, consideram que se o presidente do Conselho se tem aliado “às Forças Armadas contra os conservadores (a extrema-direita), teria vencido”³³⁴. Perdeu, mas a causa maior da derrota não foi estratégica. Foi ideológico/política. No discurso em que se propôs *Vencer a Hora Sombria*, expôs a fragilidade do “gigante com pés de barro”. Terminou o discurso, dizendo: “é à Assembleia Nacional que compete agora dizer se o rumo que seguimos está certo. E disciplinadamente me submeterei depois ao veredicto de quem tem autoridade para o proferir”.³³⁵ Como estava errado quanto à primeira afirmação, nunca cumpriu a segunda. “E assim – sintetiza André G. Pereira – Marcelo procurou até ao fim apoios dentro de um sistema que ele próprio criara, quando – e a evolução posterior veio a demonstrá-lo – só o sufrágio universal lhe poderia ter servido de apoio”.

A maior derrota de Marcello Caetano ser-lhe-ia conferida, precisamente, nas eleições “livres” que ele nunca quis disputar. As mesmas que, um ano depois do dia 25 de Abril de 1974, consumaram a vitória. A vitória de todos os derrotados do marcelismo.

³³³ CAETANO, Marcello, *Revisão Constitucional*, p.14.

³³⁴ BERNARDO, Manuel, *idem*, p.265.

³³⁵ CAETANO, Marcello, *Vencer a Hora Sombria*, p.34.

VI. CONCLUSÃO

Segundo um dos deputados “liberais” chamados em 1969 à Assembleia da República (AR), Francisco Pinto Balsemão, em 1968 Marcello “tinha o país na mão”, acrescentando ainda que “não precisava das eleições de 1969”³³⁶. Ainda que se possa considerar a afirmação um exagero, no mínimo Marcello beneficiava da expectativa positiva da generalidade dos portugueses.³³⁷ Quatro anos depois, a situação invertera-se. Esta simples constatação, evidencia o insucesso do projecto marcelista: reclamava o tempo que não tinha para concretizar o que já ninguém queria.

A segurança da fórmula para a qual tanto trabalhara não só inibia a inovação, como acentuava a “continuidade”. O que, conjugado com a cristalização de determinados princípios marcelistas herdados do salazarismo, como o anti-comunismo visceral, comprometeu a “renovação”. Aliás, Marcello era tão radicalmente anti-revolucionário que se convenceu que uma possível abertura “democrática” representaria, inevitavelmente, uma porta aberta para o comunismo revolucionário, quando, na realidade, foi precisamente a imutabilidade estrutural do regime (anti-democrático) que, sobretudo, motivaria a revolução.

O cansaço (a todos os níveis) provocado pelo adiamento duma solução para a Guerra foi um dos aspectos mais determinantes do marcelismo. As FA, que “existem para combater”, atingiram um ponto de ruptura: deveriam continuar a emular-se à espera duma solução política que, tudo indicava, não iria surgir? Efectivamente, Marcello Caetano acabou por pagar uma dívida que havia sido contraída por Salazar. As FA não admitiam uma repetição de Goa e não se limitaram a combater e a morrer. Assumiram a responsabilidade política e, na Guiné governada pelo inconformista general Spínola, ensaiaram uma solução política. A rejeição dessa solução (negocial) por

³³⁶ Afirmação proferida em 8 de Outubro de 2008, no colóquio “O Regime e a Ala Liberal”, integrado no Ciclo “Tempos de Transição”. Em <http://aeiou.expresso.pt/marcello-caetano-demitiu-se-por-tres-vezes=f420351>.

³³⁷ Segundo palavras de André Gonçalves Pereira, em cuja vida, afirma, “o Marcello desempenhou um papel muito importante”, “durante um ano, ano e meio, partilhei o grande entusiasmo do país pelo Marcelo...”. Em <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eapereira>.

Marcello não anulou o capital político trabalhado pelos spinolistas. Este foi redireccionado, precisamente, contra o regime e contra o próprio Marcello.

Esta fatalidade manifesta-se na falta de iniciativa de Marcello, ao não se antecipar aos problemas. Pelo contrário. Por exemplo, rejeitou a negociação com o PAIGC de Amílcar Cabral em 1972, quando ainda era viável, mas tentou depois, em 1974, negociar ele próprio com o PAIGC. Já sem Amílcar Cabral, em relação a quem Marcello revela subtis indícios de ciúme e preconceito (paradoxal, tendo em conta a “multirraciedade” defendida oficialmente). Ao português Amílcar Cabral, um “homem excepcional” e um “líder” em toda a amplitude da palavra, fora-lhe vedada a possibilidade de participar na resolução pacífica da questão ultramarina, embora o governo de Lisboa nunca admitisse que dessa forma o “condenou” a pegar nas armas.

Os militares (spinolistas) não aceitaram nem compreenderam porque Marcello não os apoiou nas tentativas de solucionar a questão ultramarina, condicionando negativamente o processo de descolonização que se seguiria ao “25 de Abril”. Lamentaram que Marcello não “tivesse sido aquele homem de *centelha*, o Marquês de Pombal da época”³³⁸. Curiosamente, também Spínola seria acusado pelos spinolistas da mesma falta de correspondência à exigência das circunstâncias, embora já depois do “25 de Abril”. Fabião ficou “muito aborrecido por o general não ter controlado as coisas! Tinha capacidade, era um homem habituado a mandar, a ser obedecido”.³³⁹ Um dado, aliás, curioso, indiciador de como o país vivia na sombra do “homem de génio”, que continuou a condicionar a realidade política e por certo muito contribuiu para o “drama” e o designado “síndrome de Hamlet”³⁴⁰ que, inegavelmente, caracterizaram o marcelismo.

No fundo, os spinolistas, à imagem do que decidira Cabral, em face da absoluta recusa de Salazar, primeiro, e depois Marcello, optaram pela única solução que restava: acelerar a dissolução do regime e do ultramar português.

³³⁸ BERNARDO, Manuel, *Marcello e Spínola: a ruptura: as Forças Armadas e a imprensa na queda do Estado Novo, 1973-1974*, p.265.

³³⁹ Entrevista a Carlos Fabião. In <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>.

³⁴⁰ DACOSTA, Fernando, *As Primaveras de Marcello Caetano*, em Revista Visão, 14 de Maio de 1998, p.43.